

## A DESPOLUIÇÃO DO LAGO

# GDF paga US\$ 156 milhões por projeto inviável

Edna Dantas

No último dia 6 de agosto, a Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb) assinou contratos no valor de 125 milhões de dólares com as construtoras Andrade Gutierrez e a Serveng-Civilsan para executar as obras de despoluição do Lago Paranoá, num prazo de três anos, durante o qual o valor do empreendimento passará a custar mais de 156 milhões de dólares. Essas empresas executarão um projeto elaborado em 1981, pela Sociedade de Engenharia Emilio Baumgarten (Seebela) que especialistas nacionais e estrangeiros não consideram a melhor alternativa técnica e financeira para despoluir o Lago Paranoá.

O projeto da Seebela, porém, foi aprovado não só por órgãos do Governo do Distrito Federal, como passou pelo crivo de instituições do Governo Federal. Em 1983, a primeira licitação para o fornecimento apenas dos equipamentos, foi ganha por três outras empresas: Degremont Saneamento e Tratamento de Água e o consórcio Fiisan-Dresser. Em novembro de 1985, o GDF e o Banco Nacional da Habitação (BNH) assinaram um convênio, em que o orçamento total da obra fora fixado em 45 milhões de dólares.

## Anulação

Mas em abril de 1986, logo após ser nomeado pelo governador José Aparecido, o novo presidente da Caesb, Willian Penido, alegando «motivos administrativos» e sem dar maiores explicações, cancelou a primeira concorrência, abrindo em seguida uma outra que elevou o preço do empreendimento para 125 milhões de dólares. Penido justificou o crescimento dos custos para elevar o valor da obra.

Todos os seus argumentos, entretanto, esbarraram num problema detectado por especialistas do Brasil, Suécia e África do Sul. O projeto, segundo eles, tecnicamente se tornará inviável, pois foi idealizado para atender a uma população de apenas 700 mil habitantes, quando hoje a população do Distrito Federal está estimada em quase 2 milhões. Além disso, os especialistas não consideram o Projeto Seebela a alternativa mais barata e ressaltam que o êxito do empreendimento vai depender de vários cuidados am-

bientais que não estão sendo observados pela Caesb.

## Ação judicial

Para impedir a execução das obras, a Curadoria do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, do Ministério Público, entrou com ação na Justiça do DF, respaldada pela Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente (Abema), que exigiu que a Caesb apresente o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) das obras de despoluição do Lago.

A Caesb ignorou a exigência e assinou os contratos, mesmo sabendo que a apresentação do Rima é obrigatória, conforme prevê a Lei nº 6.938/81, que estabelece a política nacional do meio ambiente. Se tivesse respeitado a Lei, o Rima da Caesb teria de apresentar a análise de todas as alternativas tecnológicas, as alternativas específicas para a área e a compatibilização dos planos governamentais com a região que o projeto vai atingir.

Em vez disso, a Caesb preferiu encaminhar aos 11 parlamentares que compõem a bancada do Distrito Federal na Assembleia Nacional Constituinte, um relatório onde procura mostrar que as obras vão evitar um desastre ecológico em plena capital do País. O relatório, porém, omite os pareceres técnicos desfavoráveis à execução do projeto, assim como não revela que, pelos contratos assinados, ao valor de 125 milhões de dólares, serão acrescidos mais 31,5 milhões de dólares. Assim, a obra passaria a custar 156,5 milhões de dólares.

## Julgamento

O presidente da Caesb, Willian Penido, que é sobrinho do presidente da Serveng-Civilsan, Emerson Pelisson Penido, também assinou os contratos sem que a companhia resolvesse um problema na Justiça: a ação liminar de embargo à obra, impetrada pela Curadoria do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor.

Somente na próxima sexta-feira, dia 28, o juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, Marco Antônio da Silva Lemos, julgará a questão, após realizar uma audiência de justificação, onde as partes envolvidas vão apresentar as suas explicações. Contra a Caesb, existe ainda a Secretaria Especial do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, que exige da companhia a apresentação do Rima antes que comece a executar as obras de despoluição do Paranoá.

